

Estefânia Silva & Cláudia Casimiro (Coords.)



Manual de boas práticas

Integração de pessoas imigrantes em Portugal e apoio à conciliação entre a vida familiar e profissional

Financiado por

Iceland
Liechtenstein
Norway grants



Estefânia Silva & Cláudia Casimiro (Coords.)

Manual de boas práticas

Integração de pessoas imigrantes em Portugal e apoio à conciliação entre a vida familiar e profissional

Título

Manual de boas práticas: integração de pessoas imigrantes em Portugal e apoio à conciliação entre a vida familiar e profissional

Projeto

Boomerang — Estudo sobre as perceções do impacto económico da partilha desigual do trabalho não pago nas vidas de mulheres e homens imigrantes em Portugal

Operador do programa

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género — CIG

Entidade promotora

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa) — Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG/ISCSP-ULisboa)

Autoria

Estefânia Silva, Cláudia Casimiro, Cristina P. Vieira, Janete Borges, Joana Topa, Paulo Costa e Sofia Neves

Parcerias

Universidade da Maia, Associação Plano i, Universidade Aberta, Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais, Cruz Vermelha (Delegação de Braga), SOS Racismo e Odalnaeringshage

Financiamento

Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants)

Editor

© ISCSP — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Rua Almerindo Lessa, Campus Universitário do Alto da Ajuda
1300-663 Lisboa
www.iscsp.ulisboa.pt

Design gráfico

Guidesign

Produção

Guide — Artes Gráficas

Depósito legal

524 404/23

ISBN

978-989-646-172-0

Financiado por

Iceland
Liechtenstein
Norway grants

Operador do programa



Promotor



Parceiros



Índice

Introdução 5

O Projeto Boomerang — apresentação 8

O Projeto Boomerang — principais resultados 13

Dados qualitativos 13

Dados quantitativos 15

Recomendações / boas práticas 18

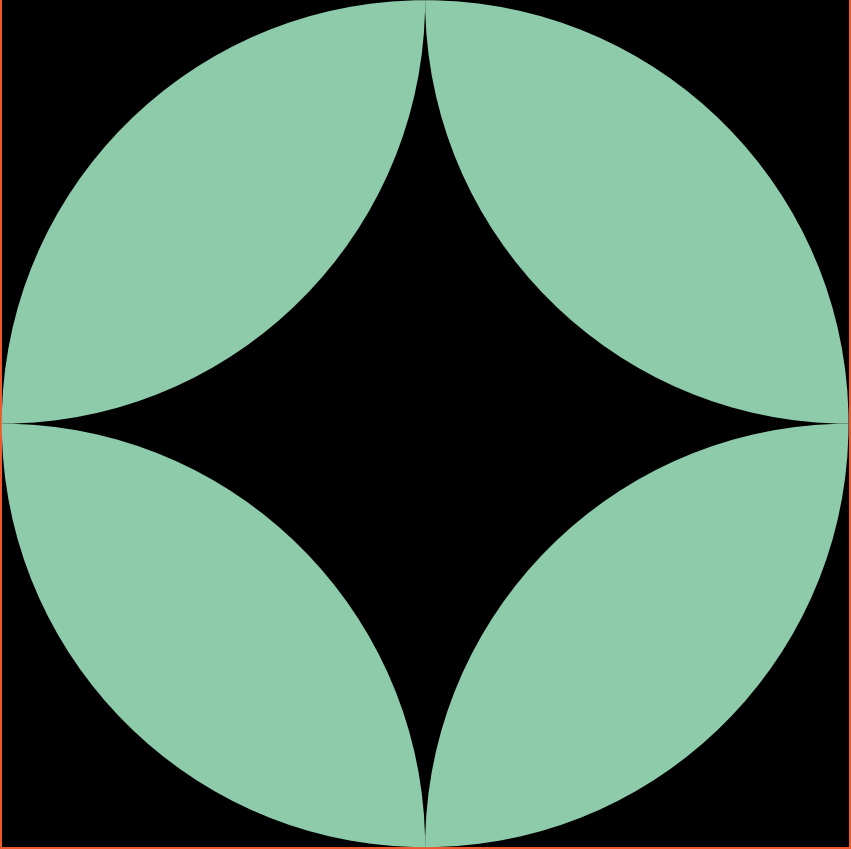
1. Investimento em estudos e programas para a inclusão e igualdade de género 19

2. Facilitação do diálogo, parcerias e cooperação 21

3. Promoção da integração e igualdade de oportunidades 24

4. Promoção da responsabilidade partilhada no lar e na família 28

Recursos 32



Introdução

O presente **Manual de boas práticas: integração de pessoas imigrantes em Portugal e apoio à conciliação entre a vida familiar e profissional**, resulta do Projeto Boomerang — Estudo sobre as perceções do impacto económico da partilha desigual do trabalho não pago (doméstico e de cuidado) nas vidas de mulheres e homens imigrantes em Portugal. Todo o seu conteúdo foi redigido com base nos principais resultados obtidos.

Nas últimas décadas, a análise científica da situação das pessoas imigrantes em Portugal tem permitido mapear não apenas as características sociodemográficas de quem imigra, mas também os processos relacionais e as dinâmicas sociais e culturais associados às suas experiências em contextos variados, como sejam a família, a escola e o trabalho.

Podendo ser as razões que motivam a decisão das pessoas migrarem muito distintas entre si, os processos migratórios comportam desafios pessoais e sociais que devem ser percebidos no quadro da conjuntura política atual. Se é verdade que a era da globalização está repleta de potencialidades, não é menos verdade que a mesma acentua e/ou reforça vulnerabilidades estruturais.

Ainda que os processos migratórios possam ser potenciadores de desenvolvimento, os estudos têm demonstrado que as pessoas imigrantes estão frequentemente sujeitas a discriminação e a violência, e que as suas condições de vida, nos países recetores, são marcadas pela precariedade, pelo desemprego e pela pobreza.

Dimensões como o género, a etnia, a nacionalidade, a idade, o estatuto socioeconómico, a orientação sexual e o estado civil, só para citar alguns exemplos, concorrem para o acesso desigual a oportunidades e recursos, cristalizando assimetrias entre pessoas e grupos.

Uma visão interseccional sobre as vivências das pessoas imigrantes é, pois, fundamental, para captar a especificidade e a diversidade que lhes são inerentes. O Projeto Boomerang, que em seguida se apresenta, parte deste pressuposto, quer do ponto de vista teórico, quer metodológico.

Procurando a promoção da igualdade nos tempos afetos a trabalho pago e não pago de apoio à vida familiar desempenhado por mulheres e homens imigrantes em Portugal, este projeto, apoiado pelas entidades parceiras, visou investigar o tema com o objetivo de produzir um conhecimento mais aprofundado e sistematizado e apresentar recomendações que permitam a implementação de políticas e a aplicação de medidas mais concretas que assegurem uma melhoria progressiva das condições de vida e uma integração mais efetiva das pessoas imigrantes.

Para além de encorajar o desenvolvimento social e económico através da migração e defender a dignidade humana e o bem-estar das pessoas imigrantes, o conjunto de recomendações presente neste manual* reconhece o trabalho não pago de cuidado e doméstico numa abordagem sensível ao género e interseccional, com base no respeito pelos Direitos Humanos.

* A utilização deste manual não dispensa a consulta de outros documentos nacionais e internacionais, científicos ou de outra natureza, elaborados com o mesmo objetivo.



O Projeto Boomerang — apresentação

O Projeto Boomerang foi promovido pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa, sob responsabilidade científica do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, entre novembro de 2021 e dezembro de 2023.

Enquadrado no âmbito do Programa Conciliação e Igualdade de Género, o Projeto foi financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu — EEA Grants* e contou com as parcerias da Universidade da Maia, Associação Plano i, Universidade Aberta, Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais, Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Braga), SOS Racismo e Odalnaeringshage.

Contando com uma equipa interdisciplinar, o Projeto Boomerang teve como objetivo geral caracterizar as perceções do impacto económico da partilha desigual do trabalho não pago e do divórcio nas vidas de mulheres e homens imigrantes em Portugal, analisando os seus efeitos do ponto de vista da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

* Através do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE), a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega são parceiros no mercado interno com os Estados-Membros da União Europeia. Como forma de promover um contínuo e equilibrado reforço das relações económicas e comerciais, as partes do Acordo do EEE estabeleceram um Mecanismo Financeiro plurianual, conhecido como EEA Grants. Estes, têm como objetivos reduzir as disparidades sociais e económicas na Europa e reforçar as relações bilaterais entre estes três países e os países beneficiários. Para o período 2014-2021, foi acordada uma contribuição total de 2,8 mil milhões de euros para 15 países beneficiários. Portugal beneficiará de uma verba de 102,7 milhões de euros. Saiba mais em eeagrants.gov.pt.

Foram seus objetivos específicos:

Caracterizar as experiências de conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional de homens e mulheres imigrantes em Portugal, de nacionalidade brasileira, cabo-verdiana e ucraniana;

Conhecer as estratégias utilizadas pelas mulheres e homens imigrantes na vida familiar e profissional para facilitar a conciliação;

Compreender as desigualdades existentes, entre mulheres e homens imigrantes, ao nível do trabalho não pago (doméstico e de cuidados);

Caracterizar o impacto do divórcio na vida de mulheres e homens imigrantes;

Compreender de que forma o processo migratório produz impactos no trabalho não pago e na igualdade de género.

Com vista à prossecução do objetivo geral e dos objetivos específicos, foram realizados 3 estudos complementares:

Estudo 1

***Focus Groups* a imigrantes**

43 mulheres
e 27 homens

Estudo 2

***Focus Groups* a profissionais**

31 mulheres
e 8 homens

Estudo 3

Inquéritos a imigrantes

151 mulheres,
54 homens
e 1 pessoa não binária

O guião de entrevista dos *Focus Groups* é composto por quatro blocos principais, para além da caracterização sociodemográfica, designadamente:

- 1) migrações,
- 2) trabalho pago,
- 3) trabalho não pago; e
- 4) conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

O inquérito, na sua versão portuguesa e ucraniana, por sua vez, é constituído por 12 secções, nomeadamente:

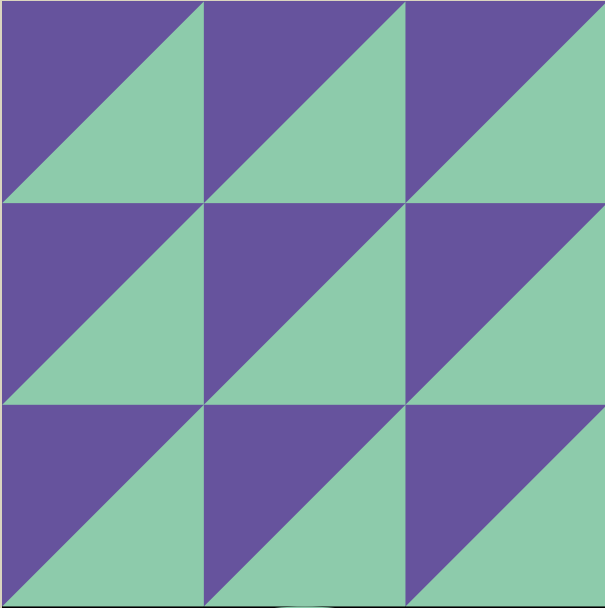
- 1) caracterização sociodemográfica;
- 2) perfil académico-profissional;
- 3) caracterização do/a companheiro/a atual;
- 4) caracterização do agregado familiar;
- 5) caracterização do percurso migratório;
- 6) caracterização da divisão do trabalho não pago, mais especificamente das tarefas domésticas;
- 7) caracterização da divisão do trabalho não pago, mais especificamente dos cuidados a crianças;
- 8) caracterização da divisão do trabalho não pago, mais especificamente dos cuidados a pessoas adultas;
- 9) caracterização da divisão do trabalho não pago;
- 10) caracterização das atividades de lazer; e
- 11) Escala Estratégias de Conciliação Trabalho-Família (Matias & Fontaine, 2014)*.

A secção 12 destina-se a eventuais comentários finais.

A recolha de dados seguiu todos os preceitos éticos da investigação científica com seres humanos.

Tendo recolhido dados de natureza qualitativa e quantitativa, os resultados principais do Projeto Boomerang congregam a informação dos 3 estudos desenvolvidos.

* Matias, M., & Fontaine, A. M. (2014). Managing multiple roles: Development of the Work-Family Conciliation Strategies Scale. *Spanish Journal of Psychology*, 17(e56), 1-11.
<https://doi.org/10.1017/sjp.2014.51>



O Projeto Boomerang — principais resultados

Dados qualitativos

(Estudos 1 e 2)

- As pessoas imigrantes, na sua generalidade, tomam a decisão de imigrar com vista a melhorar as suas condições de vida, a desenvolver-se científica e laboralmente e a reagrupar a família.
- Portugal é escolhido como país recetor devido às questões da língua (em particular para as pessoas brasileiras e cabo-verdianas), às questões de segurança e à existência prévia de redes de suporte (e.g., família, pessoas amigas e pessoas conhecidas).
- A vida laboral é pautada, muitas vezes, pela desqualificação, pela sobrecarga de tarefas, por horários excessivos de trabalho (não cumprimento de horas estipuladas em contrato laboral), por salários desadequados, pagamentos irregulares e pela instabilidade e precariedade.
- Os relatos, tanto de mulheres como de homens, sobre as práticas, revelam que, comparativamente aos homens, são as mulheres quem dedica mais tempo ao trabalho não pago, designadamente ao trabalho doméstico e de cuidado às crianças.
- Em alguns casos, as mulheres contam com a participação pontual do marido/companheiro, em particular nos cuidados às crianças (dar banho, vesti-las, levá-las e/ou trazê-las à/da escola).
- Como estratégia para conciliar a vida pessoal, familiar e profissional, e na impossibilidade de contar com a participação do marido/companheiro, as

mulheres recorrem à ajuda de familiares (e.g., mãe e irmãs/irmãos) e de amigos/as.

■ A desigual partilha do trabalho não pago tem impactos na vida pessoal, familiar e profissional, sentidos em particular pelas mulheres: cansaço físico e psicológico, dificuldade de progressão na carreira e/ou de obtenção de remunerações salariais mais compensatórias e, ainda, tensões e conflitos ao nível da relação conjugal que podem, inclusivamente, conduzir à rutura conjugal (separação/divórcio).

■ Em situação de divórcio são, geralmente, as mulheres quem fica com a guarda das crianças.

■ Os divórcios acontecem, na sua maioria, por mútuo consentimento, mas destacam-se os seus impactos económicos e emocionais negativos (para mulheres, crianças e alguns homens), dificuldades que se somam às da condição de imigrante. Em certos casos, o divórcio pode ser um potencial fator de empoderamento para as mulheres.

■ Na base da desigualdade de género encontram-se aspetos relacionados com fatores estruturais (sociedades patriarcais, cultura, tradição, educação — visão incorporada de estereótipos e papéis de género que contribuem para a persistência de crenças conservadoras e tradicionais sobre o género) e/ou com aspetos do foro relacional (comunicação e dinâmica conjugal), que fomentam e perpetuam a partilha desigual.

Dados quantitativos

(Estudo 3)

- As mulheres imigrantes dedicam, em média, mais tempo do que os homens ao trabalho não pago. As mulheres dedicam 14.25 horas por semana às tarefas domésticas e 22.90h horas por semana ao cuidado com os/as filhos/as, enquanto o tempo de dedicação dos homens a essas tarefas é menor: 9.57h horas por semana para as tarefas domésticas e 10.73 horas por semana destinadas aos cuidados com os/as filhos/as. O fardo das famílias imigrantes é agravado quando têm filhos/as menores de 12 anos de idade, em particular no que concerne a desigual partilha das tarefas domésticas.
- Os homens dedicam, em média, por semana, mais tempo (41.23h) do que as mulheres (37.67h) ao trabalho pago.
- Os homens dedicam mais tempo (12.07h), por semana, a atividades de lazer do que as mulheres (9.35h).
- Relativamente às estratégias de conciliação entre a vida familiar e profissional:
 - São os homens quem apresenta valores mais elevados em algumas dimensões do apoio emocional (e.g., «conversamos um/a com o/a outro/a») e competências de gestão e planeamento (e.g., «não levo os problemas do trabalho para casa»).
 - São as pessoas com filhos/as aquelas que apresentam valores mais altos em algumas dimensões das competências de gestão e planeamento e cedências profissionais.
 - São as pessoas com filhos/as maiores de 12 anos aquelas que apresentam valores mais altos em algumas dimensões do apoio emocional mútuo, perspetiva positiva sobre o duplo emprego e cedências profissionais.

— São as pessoas casadas ou em união de facto aquelas que apresentam valores mais altos no que toca às competências de gestão e planeamento.

- A ausência de apoio familiar, aliada à falta de recursos públicos, constringe a autonomia, sobretudo das mulheres que são mães.
- A desigual distribuição do trabalho não pago (doméstico e de cuidado), faz com que as mulheres sejam prejudicadas em termos da sua progressão na carreira e reforma.
- Grande parte das desigualdades de género resulta de fatores como a religião, a educação e a cultura.



Recomendações / Boas práticas

Com base nos resultados principais do **Projeto Boomerang** e, em particular, em função dos testemunhos de mulheres e homens — não apenas daqueles/as que migraram, mas também dos/as que no terreno, profissionais e técnicos/as, os/as procuram acolher, auxiliar, encaminhar e proteger — apresenta-se de seguida, um conjunto de recomendações e boas práticas a adotar no sentido de melhorar a integração de pessoas imigrantes em Portugal e de facilitar a sua tarefa de conciliação entre as esferas da vida pessoal, familiar e profissional. Estas sugestões destinam-se a entidades que possam trabalhar diretamente com a população imigrante e a decisores/as políticos/as que procuram desenhar e implementar políticas de igualdade de género e promotoras de uma maior integração para pessoas imigrantes e estão organizadas em 4 eixos de intervenção, que refletem as principais áreas identificadas na sistematização da informação.

1. Investimento em estudos e programas para a inclusão e igualdade de género
2. Facilitação do diálogo, parcerias e cooperação
3. Promoção da integração e igualdade de oportunidades
4. Promoção da responsabilidade partilhada no lar e na família

No final, são ainda disponibilizados um conjunto de recursos adicionais que podem ser consultados para obter mais informação.

1. Investimento em estudos e programas para a inclusão e igualdade de género

RECOMENDAÇÕES GERAIS

- Apoiar financeiramente a realização de mais estudos, extensivos e/ou em profundidade, relativamente à população imigrante em Portugal e a todo um leque de dimensões das suas vidas: organização e dinâmicas familiares, condições de acesso ao trabalho, habitação, saúde, educação. Existem, ainda, lacunas em termos da quantidade, da qualidade, do acesso e da dispersão de dados no que respeita a temas que exigem a integração dos mesmos, como é, por exemplo, o caso da relação entre migração e desenvolvimento sustentável.
- Continuar a aposta, por parte do Estado, no Programa PPT (Português Para Todos) e na sua divulgação junto de associações de apoio a imigrantes por forma a facilitar a integração cívica e linguística de pessoas imigrantes. Articular esforços entre entidades públicas (câmaras municipais, juntas de freguesia) e associações de apoio a pessoas imigrantes, para a criação destes cursos em diferentes horários por forma a permitir que conforme as situações profissionais e familiares das pessoas imigrantes, estas tenham possibilidade de lhes aceder.
- Otimizar a aplicação de verbas públicas de financiamento junto de associações de imigrantes de modo a que estas possam atender atempadamente às necessidades das pessoas imigrantes e promover os direitos e interesses destas e seus/suas descendentes em tudo quanto respeite a sua valorização, integração e inserção.
- Implementar programas acessíveis às pessoas imigrantes que incentivem a participação na vida social e associativa.

- Combater normas e estereótipos de género, e sobre imigrantes, enraizados na sociedade é um primeiro passo para a inclusão e a integração e para a redistribuição das responsabilidades pelos cuidados e pelo trabalho doméstico entre mulheres e homens, pelo que se deverá continuar a apostar na educação para as questões raciais e da igualdade de género através da promoção de programas específicos para os diferentes graus de escolaridade.
- Desenvolver indicadores sensíveis ao género e sobre os usos do tempo de trabalho total — pago e não pago (de cuidado e doméstico) de homens e mulheres imigrantes (incluindo homens e mulheres em situação de divórcio).
- Trabalhar na legislação face ao reconhecimento do trabalho não pago.

*Em primeiro lugar, o reconhecimento do estado para o trabalho não pago. Não existe este reconhecimento na sociedade, ainda se tem muito a ideia de que é um trabalho que deve recair sobre a responsabilidade das mulheres, não o é. O estado não reconhece a importância deste trabalho no funcionamento de toda a sociedade porque se nós pensarmos bem, se as mulheres, pura e simplesmente, e alguns homens, claro, pura e simplesmente, deixarem de fazer o serviço doméstico, isso terá um grande impacto na economia, no mercado de trabalho, na situação de bens e dos serviços. Penso que esta é a primeira medida, o primeiro passo a seguir, que é o reconhecimento do estado, enquanto regulador da **sociedade, de que o trabalho doméstico deve ser um trabalho reconhecido, identificado e pago.***

Mulher/37 anos/Profissional/Licenciada/Zona de Lisboa

- Alargar e reforçar a base de dados sobre a circulação de pessoas e aumentar o acesso aos dados sobre a migração, tendo em conta o género.

Para além de colmatar as lacunas de dados e defender a proteção e a inovação dos mesmos, garantir o acesso a estes de forma ativa é também fundamental para uma boa governação da migração e para apoiar a implementação e o acompanhamento dos objetivos da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável e do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular.

*É fundamental, para pensarmos na questão da conciliação da vida privada com o trabalho, **conhecer os dados e sobretudo perceber onde é que estão as desigualdades**, quem são as pessoas que sofrem mais, eu acho que isso é fundamental para a partir daí **construirmos políticas públicas e as políticas para igualdade de género têm que ser interseccionais**, essa desagregação das desigualdades é fundamental.*

Mulher/36 anos/Profissional/Mestre/Zona de Lisboa

2. Facilitação do diálogo, parcerias e cooperação

RECOMENDAÇÕES PARA A COOPERAÇÃO

- Fomentar a colaboração entre comunidade académica, decisores/as políticos/as, associações e sociedade civil, com vista à prossecução de um diálogo construtivo, implementação e avaliação de políticas públicas cientificamente informadas que melhorem, de forma efetiva, a realidade social, familiar e pessoal das pessoas imigrantes.
- Capacitar interlocutores/as nos diferentes serviços de apoio à empregabilidade, por forma a agilizar processos de integração profissional.

- Reforçar a cooperação a nível local e regional entre intervenientes a fim de acelerar a integração das pessoas imigrantes em medidas ativas de mercado de trabalho.
- Alargar a cooperação transnacional a partir de uma coordenação efetiva entre os países recetores e os países de origem na partilha de responsabilidades e cumprimento de acordos.
- Criar e alargar meios de apoio imediato de estruturas de apoio social e agências governamentais e/ou administrações locais que sejam de fácil acesso para os/as que residem em localidades periféricas, privilegiando-se assim abordagens integradas e pluridisciplinares.

*Eu penso que as associações deviam perguntar ao governo dos países de origem se podem fazer uma **casa do cidadão** como a casa do cidadão do Brasil numa das associações, isso ajudava imenso.*

Mulher/ 66 anos/Profissional/Ensino Secundário/Zona de Lisboa

RECOMENDAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

- Incentivar a formação de profissionais no âmbito das questões da igualdade de género e, especificamente, para as questões da conciliação família-trabalho.
 - Apoiar a formação de profissionais (serviços públicos de emprego, ONG, segurança social, autarquias) que prestam aconselhamento às pessoas imigrantes para melhor atender às necessidades específicas destas.
- Continuam a existir diferenças e, muitas vezes, incoerências no que respeita à terminologia, às definições fundamentais relacionadas com a migração e a mobilidade e modos de atuação.

*Nas mais diversas entidades estatais que no seu dia a dia vão tendo algum trabalho com imigrantes, segurança social, IEF, centro de saúde **há um desconhecimento enorme de todo este processo de legalização, desconhecimento enormíssimo [...]** As pessoas **que trabalham nos serviços não têm formação para a imigração e quando a têm já é tarde.***

Homem/47 anos/Profissional/Licenciada/Zona do Alentejo

RECOMENDAÇÕES PARA MELHORAR O ACESSO À INFORMAÇÃO PARA IMIGRANTES E SUA CAPACITAÇÃO

- Criar mecanismos de divulgação de informação junto de pessoas imigrantes para promoção de conhecimento sobre os seus direitos e deveres.
- Dar a conhecer serviços, que gratuitamente prestam informação a imigrantes, nomeadamente no que respeita à regularização da situação migratória em território nacional, mas também no acesso a recursos da comunidade.
- Divulgar, através de publicações online em grupos específicos, brochuras e/ou panfletos, em diversas línguas, em instituições públicas (e.g., hospitais, centros de saúde, esquadras, escolas), associações de voluntariado e/ou de apoio a imigrantes, mais informação relacionada com as questões da conciliação família-trabalho.
- Realizar, com o apoio de entidades públicas, privadas e organizações não governamentais, através dos media tradicionais e de *sites* de redes sociais, campanhas e ações de sensibilização sobre a importância da igualdade de género, para promover o reconhecimento do trabalho não pago e de cuidado realizado maioritariamente por mulheres no espaço doméstico.

■ Auscultar os/as imigrantes acerca das suas necessidades de informação/ capacitação na área da igualdade de género e da conciliação família-trabalho, para melhorar o seu comprometimento no exercício da cidadania, em território nacional.

*Sentimos que há muita confusão no processo de legalização, no preenchimento de documentos, muitas vezes **as pessoas imigrantes não sabem bem como se dirigir às instituições**. Este tipo de burocracias são sempre muito complicadas aqui em Portugal e **as pessoas imigrantes precisam sempre de muito apoio neste sentido**, não só para os imigrantes recém-chegados, mas também para os que já estão cá há mais tempo.*

Homem/40 anos/Profissional/Mestrado/Zona do Algarve

3. Promoção da integração e igualdade de oportunidades

RECOMENDAÇÕES PARA AUMENTAR A REDE DE SUPORTE E APOIO SOCIAL

■ Criação de redes de suporte social, através da facilitação do contacto com associações de imigrantes, e de grupos de apoio psicológico para pessoas imigrantes.

■ Aumentar o potencial da rede de apoio/suporte entre grupos de imigrantes e de serviços estatais/municipais.

■ Garantir o acesso e oferecer atividades e programas suplementares (e.g., seminários, cursos e mentoria) em horários distintos do horário de trabalho, para que todas as pessoas imigrantes tenham oportunidade de participação na vida social e associativa.

*Eu acho que fazia muita falta criar **um espaço para que uma vez por semana as mulheres pudessem sair, deixar as suas crianças, para estarem nas atividades das associações ou se quiserem irem ver um espetáculo e, portanto, as instituições têm que pensar nisto.***

Mulher/Profissional/54 anos/Licenciada/Zona do Norte

RECOMENDAÇÕES AO NÍVEL DO ALOJAMENTO E TRANSPORTE

- Aumentar a rede de transportes de serviços públicos, em algumas regiões específicas do país, tais como o Alentejo e o Algarve, de modo a recuperar perdas significativas de tempo e possibilitar às pessoas imigrantes, em particular às mulheres, a mobilidade necessária para que esta não possa constituir um obstáculo às oportunidades de emprego.
- Apoiar o acesso à habitação, ajudando as pessoas imigrantes através da promoção de associações e/ou organizações que prestem assistência às pessoas imigrantes, designadamente, na procura por alojamentos com condições dignas e a preços acessíveis, mitigando possíveis abusos nas condições de arrendamento (sobrelotação, número de meses solicitados como caução, exploração ilícita e enganosa, etc.). No caso dos/as trabalhadores/as imigrantes, devem ser criados requisitos essenciais para lhes proporcionar alojamentos adequados e com uma perspetiva de género.

*Uma situação que nós vivemos e que reconhecemos que é uma falha, é a habitação, **não há resposta de habitação para estas pessoas,** a nossa lista de espera para habitação social é enorme.*

Mulher/44 anos/Profissional/Licenciada/Zona do Centro

RECOMENDAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

■ Inovar os sistemas de acreditação e tornar mais célere o reconhecimento de certificação de competências e qualificações das pessoas imigrantes para suprir melhor as necessidades do mercado de trabalho e reforçar a empregabilidade das mesmas e/ou encaminhamento para cursos de formação, capazes de satisfazer as necessidades do mercado de trabalho e promover a empregabilidade de imigrantes.

■ Apoiar as pessoas com documentação incompleta e introduzir procedimentos de validação de competências sem custos e/ou a custos reduzidos.

*Olhando aqui também para o Brasil, sobretudo nessa última migração que é muito mais qualificada, tendencialmente mais qualificada, **não conseguem trabalhar em vagas de trabalho qualificado por motivos de reconhecimento dos diplomas**, mas também o acesso às ordens profissionais é difícil.*

Mulher/36 anos/Profissional/Mestrado/Zona de Lisboa

RECOMENDAÇÕES PARA O TRABALHO PAGO

■ Estimar e reforçar a importância do contributo positivo dos imigrantes não apenas para o sistema de Segurança Social como, em geral, para a economia portuguesa.

■ Por forma a diminuir a precariedade e vulnerabilidade profissional, valorizar e reconhecer as habilitações literárias das pessoas imigrantes nas funções por estas exercidas no mercado de trabalho em contexto nacional.

- Garantir oportunidades de trabalho com o mesmo nível de reconhecimento e igualmente remuneradas para homens e mulheres e apoio à contratação das mulheres imigrantes grávidas e/ou com filhos/as pequenos/as.
- Aumentar a proteção ao emprego, em particular para as mulheres, garantindo o seu direito a engravidar, ter filhos/as e retornar ao trabalho sem sofrerem efeitos adversos (e.g., intensificar as consequências jurídicas relativamente às entidades patronais quando não é cumprido o Código do Trabalho).
- Promover junto das empresas processos de recrutamento inclusivo.
- Reforçar a fiscalização laboral e a penalização, mais em concreto, sobre entidades que violam os direitos dos/as trabalhadores/as imigrantes, especialmente, contra as mulheres grávidas e/ou com filhos/as pequenos/as, de modo a evitar práticas de atuação discriminatórias e enviesadas daquilo que a lei prevê.
- Oferecer formas de organização do tempo de trabalho que promovam a articulação da vida profissional com a familiar, mais em concreto, horários de trabalho flexíveis e adaptados às necessidades das famílias imigrantes e regimes de trabalho em *part-time* e/ou com possibilidade de acumulação de horas.
- Prestar apoio e disponibilizar informação sobre o tipo de serviços que possam ser úteis aos/às trabalhadores/as com filhos/as ou outras pessoas dependentes, tais como serviços de assistência e cuidados e serviços de proximidade, como lavandarias e prontos a comer.

*Não existe realmente um controlo de como é que estas pessoas estão a trabalhar. Era importante que **as entidades** que realmente têm poder, **regulem, controlem, que aumentem esta capacidade de resposta**, porque os casos de situações de abuso são muitos, os casos são muitos.*

Mulher/45 anos/Profissional/Licenciatura/Zona do Alentejo

4. Promoção da responsabilidade partilhada no lar e na família

RECOMENDAÇÕES PARA O SERVIÇO DE CUIDADOS

■ Aumentar a disponibilidade, a acessibilidade económica e a qualidade dos serviços de cuidados para crianças, idosos/as e pessoas com deficiência, promovendo investimentos em grande escala no sector dos cuidados, em particular, em infraestruturas de apoio e retaguarda às crianças e filhos/as dependentes. O investimento na prestação de cuidados, para além de promover a inclusão social de crianças imigrantes e ajudar a resolver os défices de cuidados, poderá garantir a possibilidade de conciliação e prevenir um dos fatores potencialmente mais discriminatórios para as mulheres imigrantes uma vez que a limitação na oferta deste tipo de serviços coloca-as em situações em que se veem obrigadas a recuar na vida profissional. Também permitirá a criação de novos empregos, não só para as pessoas diretamente empregadas no setor dos cuidados, mas também para as que trabalham em setores conexos, sendo os empregos no setor de cuidados essenciais para o bom funcionamento da sociedade e da economia.

■ Estabelecer parcerias entre as entidades patronais e serviços de creches e jardins de infância para que possam assegurar os cuidados das crianças.

Investimento de serviços, não só a partir das creches, mas **mesmo uma rede** de serviços de apoio às crianças [...] porque do meu ponto de vista Portugal tem investido em medidas de igualdade de género muito ao nível das licenças e da educação, o que é muito bom, mas não são só as licenças que têm um impacto na redução da desigualdade entre a conciliação da vida privada e familiar [...] **acho que Portugal deveria investir mais em serviços.**

Mulher/27 anos/Profissional/Licenciada/Zona de Lisboa

RECOMENDAÇÕES PARA O USO DE LICENÇAS

- Aumentar o subsídio de parentalidade, em particular, o subsídio parental inicial exclusivo do pai, que poderá contribuir para uma maior igualdade de género.
- Estimular o uso da licença parental por parte dos homens imigrantes de modo a construir uma nova cultura de cuidado e contribuir para uma maior igualdade de género.
- Flexibilizar horários laborais em função das necessidades sentidas pelas pessoas imigrantes no plano da conciliação entre a vida profissional e familiar. Muitos dos horários praticados não valorizam uma adaptação ao horário da família.
- Apoiar na logística familiar, por exemplo, estimular a manutenção e o alargamento do horário dos serviços de guarda a crianças por parte das entidades patronais, por forma a apoiar os/as trabalhadores/as, em particular os casais de trabalhadores por turnos.

*A partilha da licença de paternidade deve ser promovida também junto da população imigrante. Se estas tiverem conhecimento, em particular os pais, também vão usufruir disso e de alguma forma **incentiva a mudança dentro do próprio seio familiar.***

Mulher/44 anos/Profissional/Licenciada/Zona do Centro



Recursos

CESIE — Snapshot of Good Practices for Integration of Migrant Children

CMAP — Immigrant Integration Toolkit

EU — Collection of best practices and models for immigration and integration policies

EU — Migration and asylum policy

EUROCID — Políticas Europeias de resposta ao desafio da migração

EUROMED Rights — Migrants and Refugees

FFMS — Migrações e sustentabilidade demográfica

FRA — Handbook on European law relating to asylum, borders and immigration

HRW — Europe: Refugees & Migrants' Rights

ILO — Work-life balance

IMMERSE — Online Digital Database of good practices and resources in social integration of refugee and migrant children

INE — Estatísticas Demográficas 2021

IOM — Good Practices

IOM — Multidimensional Integration Measurement Toolkit

IOM — World Migration Report 2022

Migration Data Portal

Migrant Integration Policy Index 2020

MPI — European Union

OECD — International Migration Outlook 2022

OECD — Migration Policy Debates and Data Briefs

OM — Publicações

OSCE — Good Practices in Migrant Integration

PORDATA — Censos em Portugal de 2021

SEF — SEFSTAT | Portal de Estatística

SPRING — Sustainable practices of integration

UN — International Migration

UN NM — Promising Practices in the Provision of Essential Services to Migrants

